

Título
**COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO SOBRE
POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL NA UERJ**

Área temática de extensão

Comunicação

Responsável pelo trabalho

Livia Abdalla

Autores

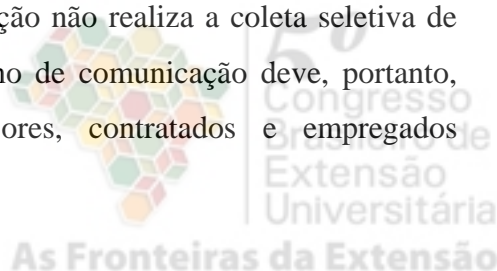
Ricardo Ferreira Freitas; Livia Abdalla; Isabela Costa

Resumo

O presente artigo apresenta os primeiros resultados do projeto de extensão “Comunicação e gestão de resíduos sólidos: um estudo sobre políticas de comunicação ambiental na UERJ”, que tem o apoio da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura (SR-3). O projeto objetiva a investigação, o planejamento e a posterior implementação de uma política de comunicação ambiental na Universidade, especialmente pelo seu caráter irradiador de comportamento e saber. A primeira fase do projeto foi realizada e envolveu um diagnóstico sobre o conhecimento da população de um dos campus da Universidade, a respeito da forma de disposição do lixo e das consequências desse processo para a sociedade e para o meio ambiente. Na segunda fase do projeto, que agora se inicia, objetiva-se fazer a análise dos dados da pesquisa e, a partir desses parâmetros, definir: quais informações devem constar na campanha, quais mecanismos de comunicação devem ser utilizados, qual a melhor forma de abordagem dos conteúdos e qual(is) outra(s) atividade(s) pode(m) ser realizada(s) para melhor qualidade dos resultados. A pesquisa levantou informações gerais como renda, idade, fonte de informações e hábitos na Internet, e também apurou o quanto os entrevistados conheciam sobre temas como ecologia, sustentabilidade, responsabilidade social e descarte de resíduos. Os resultados levantados apontam para a necessidade de se realizar primeiramente uma comunicação voltada ao corpo administrativo da universidade, já que a instituição não realiza a coleta seletiva de forma sistemática e efetiva. A primeira etapa do plano de comunicação deve, portanto, considerar como públicos-alvo servidores, professores, contratados e empregados terceirizados.

Palavras-chave

comunicação, educação, meio ambiente



Introdução

Este artigo traz o detalhamento técnico e os primeiros resultados do projeto de extensão “Comunicação e gestão de resíduos sólidos: um estudo sobre políticas de comunicação ambiental na UERJ”, nomeado posteriormente por seus participantes de COMGERES - Comunicação em Gestão de Resíduos. O projeto, iniciado em junho de 2010, conta com o apoio da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura (SR-3) e obteve os resultados de sua primeira fase no mês de dezembro passado.

A partir do resgate da problemática da gestão de resíduos da nossa cidade, especificamente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a faculdade de Comunicação Social planejou diagnosticar as percepções sociais sobre o tema e por em prática uma maneira eficaz e dialógica de intervir nesta problemática junto à sociedade.

Uma das grandes questões relativas ao lixo nos dias atuais é a sua excessiva produção e, conseqüentemente, a impossibilidade de seu adequado manejo. A gestão dos resíduos sólidos representa hoje um dos maiores problemas sociais, afetando as esferas econômica, política e ambiental.

A grande geração e consumo de produtos fazem com que não só o lixo aumente em quantidade, mas também diversifique a sua qualidade, uma vez que as tecnologias colocaram na esteira de produção uma gama de novos materiais. Enquanto que, no passado, a base do lixo gerado era orgânica, hoje temos uma grande parcela de sintéticos, em alguns casos não-recicláveis, que geram uma série de prejuízos ao meio ambiente. Assim, conjugar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente tornou-se um grande desafio para o mundo contemporâneo.

Um desafio ainda maior é reorganizar o comportamento das pessoas com relação à gestão do lixo, dos resíduos produzidos na etapa do pós-consumo. O contexto ambiental mudou e os indivíduos hoje desconhecem os danos causados ao meio ambiente pela forma como consomem qualitativa e quantitativamente, bem como sobre os novos processos de coleta/seleção e tratamentos dos vários tipos de resíduos produzidos pela sociedade. Ou seja, a população não tem conhecimento das externalidades do processo produtivo e, além disso, desconhece o que é possível fazer hoje para, em primeiro lugar, reduzir a produção de resíduos; em segundo, como e quais produtos podem ser reutilizados e como, onde e quais podem ser reciclados.

É necessária uma política concreta de gestão integrada de resíduos aliada a uma rede clara de informações sobre os seus benefícios e que possa ser executada com gestos simples, criando um embrião para uma cultura de consumo sustentável.

O principal objetivo de nosso projeto de implementação de uma campanha de educação ambiental é trabalhar para que os indivíduos tomem conhecimento da situação sócio-ambiental em que se encontram e modifiquem seu comportamento com relação a ela, com o fim de aperfeiçoá-la. Além disso, pretende-se trazer à tona uma nova visão político-ideológica, tangível, através de ações e programas que se desenvolvam em conjunto com a universidade, promovendo a noção de que o meio ambiente existe em vários níveis, do individual ao universal.

A partir da divulgação de informações relevantes dentro da universidade, que contribuam ao conhecimento sobre a gestão de resíduos nos espaços públicos e domiciliares, busca-se transformar os diferentes tipos de públicos pertencentes à instituição em agentes atuantes na melhoria do meio ambiente e do processo de comunicação, ou seja, porta-vozes da conscientização ambiental.

Material e Metodologia

No período de julho a setembro de 2010, foram entrevistadas 200 pessoas entre alunos e funcionários da universidade, com o intuito de saber o que eles pensam e fazem em relação ao meio ambiente, principalmente no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos. A pesquisa abordou assuntos gerais como renda, idade, fonte de informações e hábitos na Internet, e também apurou o quanto os entrevistados conheciam sobre temas como ecologia, sustentabilidade e responsabilidade social.

A metodologia empregada foi a da Pesquisa Estatística Descritiva e o instrumento formal de coleta de dados foi o questionário, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa Mercadológica e de Opinião Pública (LPO) da UERJ. A amostragem foi randômica, por meio da qual qualquer elemento dentro o universo selecionado tem a mesma possibilidade de ser escolhido para fazer parte da amostra.

Na segunda fase do projeto, que agora se inicia, objetiva-se fazer a análise dos dados da pesquisa e, a partir desses parâmetros, definir: quais informações devem constar na campanha, quais mecanismos de comunicação devem ser utilizados, qual a melhor forma de abordagem dos conteúdos e qual(is) outra(s) atividade(s) pode(m) ser realizada(s) para melhor qualidade dos resultados.

Resultados e Discussões

Desde seu início, o projeto conta com um website institucional, que além de informações sobre o andamento do trabalho, abriga dados sobre a gestão de resíduos no Brasil e no Rio de Janeiro, informações sobre educação ambiental, coleta seletiva e notícias sobre meio ambiente (www.comgeres.com.br)

Entre os dias 03, 04 e 05 do mês de novembro de 2011, foi apresentado o resultado parcial da pesquisa em um evento realizado no Centro Cultural da UERJ. Na ocasião, foram reunidos profissionais de diversas áreas para a discussão de temas relacionados à gestão de resíduos, como a redução do consumo, o tratamento do lixo, a reutilização e reciclagem de materiais. Especialistas ressaltaram a importância de se refletir sobre estas questões nos dias de hoje e pesquisadores apresentaram projetos que vem sendo desenvolvidos na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa, primeira fase do projeto aqui descrito, teve, portanto, como resultado, os seguintes dados (aspectos mais relevantes):

Perfil dos entrevistados

- Vínculo com a UERJ: 74% alunos, 22,5% funcionários e 3,5% professores;
- Sexo: 54,5% feminino, 45,5% masculino;
- Idade: 35,5% 20 a 25, 28,5% 18 a 20 e 20,5% 25 a 35 anos;

Meios pelos quais os entrevistados buscam se informar

- 61,5% classificam a Internet como o meio mais importante para se informar;
- 53,5% procuram assuntos relacionados ao lazer na web;

Atividades culturais que realiza

- 53,5% costumam frequentar cinema e acham a atividade cultural mais importante;
- 27,5% frequentam atividades culturais uma vez por mês;

Opinião sobre meio ambiente

- 42% citaram o meio ambiente como um dos principais temas a ser discutido pela sociedade, ficando este em terceiro lugar (70,5% educação e 45,5% saúde);
- 16,13% disseram que “árvore” é a primeira palavra/imagem que vem a cabeça quando se fala em meio ambiente;
- 70,5% definiram meio ambiente como “conjunto de todas as formas de vida, no qual uma espécie afeta muitas outras”;

Com relação ao descarte de lixo



- 54,5% acham que o lixo em sua casa e na cidade é descartado pouco adequadamente. 24% justificam esta resposta alegando que não há coleta seletiva, 12% porque não há separação correta do lixo;

Conhecimento de reciclagem

- 100% conhecem o conceito de reciclagem, 97,5 de reutilização e 61,5% o de redução;

Hábitos de consumo

- 53,5% levam em conta o preço na hora da compra de um produto. 0% na possibilidade de que a embalagem do mesmo seja reciclada;
- 51% utilizam duas sacolas para transportar as compras;

UERJ e Meio Ambiente

- 22,5% disseram que o lixo produzido na UERJ (com exceção do HUPE e materiais tóxicos) é coletado pela Comlurb sem separação correta. 14% não sabe;
- 71,5% procuram se informar sobre temas ligados ao meio ambiente;

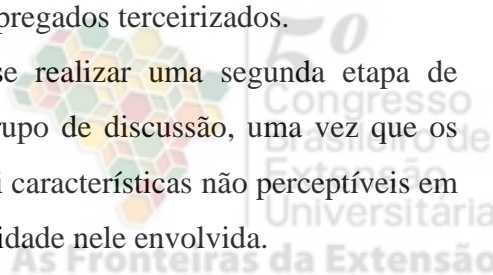
Dúvidas relacionadas ao meio ambiente

- 58% possuem dúvidas sobre assuntos ligados ao meio ambiente, sustentabilidade ou ecologia. Destes, 19,83% citaram coleta seletiva como assunto no qual têm dúvidas, 17,24% citaram sustentabilidade;

Conclusão

A pesquisa revela informações importantes e favoráveis para o desenvolvimento de uma campanha de comunicação ambiental. Inicialmente, existe o reconhecimento de que o meio ambiente é um tema importante a ser discutido, o que abre as portas para se trabalhar o assunto na universidade. Identificamos também pontos conceituais de grande importância para dar início a esse trabalho. Entretanto, como a Universidade ainda não possui uma política efetiva de coleta seletiva, os resultados apontam para a necessidade de se realizar primeiramente uma comunicação voltada ao corpo administrativo da universidade. A primeira etapa do plano de comunicação deve, portanto, considerar como públicos-alvo servidores, professores, contratados e empregados terceirizados.

Outra análise nos remete a necessidade de se realizar uma segunda etapa de pesquisa mais aprofundada, como por exemplo um grupo de discussão, uma vez que os hábitos de descarte são um assunto delicado, que possui características não perceptíveis em um primeiro momento, e que merece atenção à subjetividade nele envolvida.



Referências

- BAUMAN, Z. *Vida para o consumo – a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DIAZ BORDENAVE, J. *Comunicação e Planejamento*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FARIAS COSTA, Idalina. *De lixo também se vive*. Recife: Massanga, 1986.
- FREIRE, Paulo. *La educación como práctica de la libertad*. España: SigloXXI, 2007
- JAMES, Barbara. *Lixo e reciclagem*. Scipione, 1997.
- KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Planejamento na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus, 2003.
- LUIZ RODRIGUES, Francisco. *Lixo-De onde vem? Para onde vai?* Coleção Desafios. São Paulo: Maderna, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MONTEIRO, José Henrique. *Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos*. José Henrique Penido Monteiro [et al.]; coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
- MIZIARA, Rosana. *Por uma história do lixo*. In: InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.3 Art. 6, jan/abril. São Paulo: Senac, 2008. Disponível em <http://www.interfacehs.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/93/118>. Acesso em 2/6/2011.
- OLIVEIRA, M. J. C.; NADER, M.S. *Comunicação Organizacional e Meio Ambiente: Uma análise sobre a relação entre políticas ambientais e de comunicação*. In: Diretor Fundador: Mário de Lucca Erbolato (1982-1990). (Org.). Comunicarte. Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC Campinas, 2007, v. 26, p. 23-41. Disponível em www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt2/gt2_oliveira.pdf. Acesso em 30/05/2011.



Título: Comunicação para Educação Ambiental: direito à informação e cidadania como experiências em extensão universitária

Àrea temática: Comunicação

Responsável pelo trabalho: J. MAZZARINO

Instituição: Centro Universitário Univates (Univates)

Autoras: J. M. MAZZARINO¹; J. PARIZZI;² C. V. GONÇALVES;³ D.C. da ROSA;⁴ I.K. SCAPINI⁵, L. B. de OLIVEIRA⁶

Resumo

Esta proposta de atividade de Extensão constitui-se um instrumento de desenvolvimento da cidadania pela educomunicação socioambiental. A organização de informações sobre as questões ambientais em materiais midiáticos (filmes e cartilhas) serve de suporte para ações educativas comunitárias (palestras, oficinas, cursos), que visam à sensibilização de grupos sociais para incorporação de atitudes sustentáveis no cotidiano. Utiliza-se da metodologia participativa. De outubro de 2005 a maio de 2011 temos como resultados a produção de oito jornais comunitários, três cartilhas e um filme educativos, realização de 229 oficinas de sensibilização e cursos de formação de multiplicadores em educação ambiental com participação de 5400 pessoas, além de parcerias com organizações sociais e empresas para viabilização de produção de materiais midiáticos de apoio às ações de comunicação para educação ambiental. Estamos implementando o direito à informação ambiental da comunidade regional, além disso as atividades constituem-se em um instrumento de desenvolvimento da cidadania. As oficinas e cursos funcionam como espaço de investigação participativa que alimenta a produção acadêmica realizada pelo grupo de pesquisa Práticas Ambientais, Comunicação e Educação.

Introdução

Esta proposta de atividade de Extensão constitui-se um instrumento de desenvolvimento da cidadania pela educomunicação socioambiental. A organização de

¹ Doutora em Ciências da Comunicação, graduada em Comunicação Social - Jornalismo, coordenadora e mediadora do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental, professora do PPG Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates.

² Graduanda em Engenharia Ambiental, bolsista do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental.

³ Mestre em Ecologia, graduada em Biologia, mediadora do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental.

⁴ Mestre em Educação, graduada em Pedagogia, mediadora do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental.

⁵ Mestre em Linguística, graduada em Letras, mediadora do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental.

⁶ Mestranda do do PPG Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates, bióloga, mediadora do projeto de extensão Comunicação para Educação Ambiental.

informações sobre as questões ambientais em materiais midiáticos (filmes e cartilhas) serve de suporte para ações educativas comunitárias (palestras, oficinas, cursos), que visam à sensibilização de grupos sociais para incorporação de atitudes sustentáveis no cotidiano.

Entendemos que a informação constitui-se em um recurso de construção da cidadania. Para democratizar discursivamente o espaço público é preciso democratizar o acesso à informação. Segundo Wolton (1995) a democracia pressupõe a existência de um espaço público onde sejam debatidos os grandes problemas do momento, dando-se espaço para que um maior número de atores se exprima acerca de um maior número de assuntos. Para Melucci (1992), na sociedade planetária as interações são marcadas pela desigualdade, que refere-se menos à privação econômica e mais ao acesso diferenciado dos recursos de informação, de conhecimento, e de autonomia pessoal. Lima propõe uma educação ambiental que incorpore “*mecanismos de comunicação, informação, de participação e de influência dos destinos coletivos*” (2002, 133 e 134). Da mesma forma, entendemos que as tecnologias de informação são aliadas para a construção de saberes ambientais a partir da educação ambiental.

A partir destes pressupostos teóricos colocam-se como objetivos específicos do projeto de extensão comunitária Comunicação para Educação Ambiental:

- desencadear processos de comunicação ambiental por meio do uso de tecnologias de informação
- aproximar os sujeitos sociais e a comunidade em que se inserem através da reflexão crítica sobre suas ações e sua cultura e a partir de temáticas ambientais
- provocar a sensibilização ambiental comunitária para a adoção de atitudes sustentáveis no cotidiano
- formar multiplicadores em educação ambiental
- aproximar professores e alunos de graduação e pós-graduação da Univates da comunidade regional

O público alvo do projeto são moradores, estudantes de diferentes níveis de ensino de escolas estaduais, municipais e particulares, associações, lideranças, alunos da Univates, pessoas que queiram atuar como voluntários ou criarem grupos educadores ambientais.

Como se trata de um projeto que envolve alunos e professores da Univates, bem como a comunidade em geral (enquanto público-alvo), oportuniza experiências de interação da comunidade Univates com a comunidade regional a partir do debate de

questões ambientais, de forma inovadora, e com viés interdisciplinar, que é da natureza das ações de comunicação e de educação ambiental.

Método

Ao longo do processo de construção de saberes ambientais este projeto utiliza-se da metodologia participativa. A escolha pela investigação participativa está orientada pelo método da pesquisa-ação proposta por Thiollent (2003, 14):

“A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.”

Na prática as oficinas iniciam com a apresentação dos mediadores, logo após se apresentam as etapas da oficina: troca de ideias, apresentação de filme, nova troca de ideias, avaliação, distribuição das cartilhas.

A troca de ideias inicia com a solicitação aos participantes do grupo que expressem sua vivência em relação ao tema gerador. A partir das falas dos participantes identificam-se quais dessas vivências podem ser caracterizadas como problemas. Em seguida busca-se identificar as causas destes problemas, relacionando suas causas às dimensões do saber ambiental (cultural, política, econômica, ética, comunicacional-midiática, tecnológica, natural, social). Após esta reflexão crítica se expõe um vídeo de 10 minutos produzido pela equipe do projeto entre 2007 e 2008, intitulado *Lixo: a origem em cada um de nós*. O vídeo aborda os caminhos do lixo desde o consumo no ambiente de um supermercado, passando pelo descarte dos resíduos em casa, o destino para a composteira ou o descarte na rua, onde é recolhido por catadores ou por caminhão da coleta seletiva, a chegada dos resíduos na unidade de triagem, sua separação pelos associados de uma cooperativa, o enfardamento ou destino à célula do aterro e o tratamento do chorume.

Após a exposição do vídeo se retoma a reflexão, a partir da necessidade de propostas de solução, e como cada um pode participar das soluções apresentadas. Neste momento espera-se que ocorra a sensibilização para a responsabilização do participante em relação ao seu consumo e os descartes oriundos do consumo, a fim de que este seja feito de forma consciente e sustentável. Após este momento distribuimos as cartilhas com dados sobre os resíduos (tipos de lixo, tempo de decomposição, formas de coleta seletiva, como produzir menos lixo, como fazer uma composteira, etc...) e sobre consumo consciente

(como diminuir o uso dos recursos naturais: água, energia...). Por fim, faz-se uma avaliação do processo.

A partir de 2011 o tema gerador passa a ser a água, e a cartilha de apoio sobre recursos hídricos será problematizada, para ao final da oficina ser disponibilizada aos participantes. Outro modelo de oficina inicia em 2011 com o exercício crítico da cobertura da mídia sobre os temas ambientais.

Em relação ao curso de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental a organização se dá por temas específicos e encadeados, abordados pelos diferentes professores voluntários.

Resultados

De outubro de 2005 a maio de 2011 temos como resultados:

- Produção de oito jornais comunitários envolvendo organizações sociais de bairro carente de Lajeado RS
- Produção de três cartilhas educativas, de apoio na realização de oficinas e cursos
- Produção de um filme educativo, para apoio de oficinas e cursos
- Participação de aproximadamente 5400 pessoas em oficinas e cursos de sensibilização e formação de multiplicadores em educação ambiental com uso de materiais midiáticos
- Cerca de 229 oficinas e cursos de sensibilização e formação de multiplicadores em educação ambiental
- Parcerias com organizações sociais para realização de oficinas e cursos de comunicação para educação ambiental
- Parcerias com empresas e organizações sociais para viabilização de produção de materiais midiáticos de apoio às ações de comunicação para educação ambiental

Conclusão

Estamos implementando o direito à informação ambiental da comunidade regional, atendendo às necessidades já levantadas pela Univates, de ampliação do seu campo de atuação direta em ações sociais no Vale do Taquari. As atividades realizadas constituem-se em um instrumento de desenvolvimento da cidadania pela educação ambiental, conscientização social, sensibilização para problemas socioambientais do entorno da comunidade, e aprendizagem para a busca de soluções através da reflexão crítica.

A metodologia participativa adotada em todas as ações do projeto faz com que os objetivos se cumpram. O retorno dos participantes aponta que estamos alcançando os objetivos propostos, graças ao envolvimento voluntário, desde o início do projeto, de quatro professores e 28 alunos de diferentes cursos de graduação da Univates.

Formamos cerca de 150 multiplicadores de 19 municípios da região entre agosto de 2009 e maio de 2011, por meio de parceria com a Associação de Secretários de Educação do Vale do Taquari (Asmevat), com a Coordenação Regional de Educação (CRE) e com o projeto União Faz a Vida.

As oficinas e cursos realizados se constituem como espaço de investigação participativa que alimenta a produção acadêmica realizada pelo grupo de pesquisa Práticas Ambientais, Comunicação e Educação.

Referências

- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de, (orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. Editora Feltrinelli. 2. ed. 1992.
- THIOLLENT, Michel **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- WOLTON, Dominique. **As contradições do espaço público mediatizado**. Revista Comunicação e Linguagens, n. 21-22, Lisboa: Cosmos, dezembro de 1995.

CULTURA PLURAL: DIFUSÃO E MEMÓRIA DAS CULTURAS POPULARES DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS NO PARANÁ

Área temática: Comunicação

Responsável pelo trabalho: Wesley Dalcol Leite

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Eduardo José de Godoy¹

Wesley Dalcol Leite²

Karina Janz Woitowicz³

Resumo

O projeto Cultura Plural tem objetivo dar visibilidade às manifestações culturais da região dos Campos Gerais, no Paraná. O projeto conta com duas ações principais: produção de site jornalístico e programa televisivo. O site Cultura Plural (www.culturaplural.com.br) busca fazer o registro das atividades dos grupos culturais atuantes na região, promovendo uma interação entre esses atores sociais e um intercâmbio de formatos artísticos. Além disso, um dos objetivos do projeto é criar uma memória viva da cultura nos Campos Gerais e que esteja disponível e acessível a todos, a qualquer momento e lugar. Outro propósito é também favorecer o acesso às variadas atividades culturais disponíveis na região e que, muitas vezes, não tem a devida divulgação através da mídia hegemônica. Acessibilidade e interatividade são pontos fundamentais para que o site consiga ampliar informações e registro das ações culturais populares, atores sociais envolvidos e os patrimônios do povo dos Campos Gerais. Outra ação do projeto é o programa televisivo Cultura Plural veiculado na TV Comunitária de Ponta Grossa (TVCOM PG). Até o momento foram produzidas vinte reportagens multimídia para o site e três programas televisivos. Além de ser firmado parceria com vários grupos culturais da região. Deve-se destacar a relevância sócio-cultural do projeto, na medida em que se configura como um espaço inédito na cidade de Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais para tematizar a cultura popular e abrir espaço para artistas, grupos sociais e temas relativos à proposta editorial do site.

Palavras-chave: culturas populares, patrimônio cultural, divulgação

¹ Acadêmico de Jornalismo pela UEPG, e-mail: dujgodoy@hotmail.com

² Jornalista, pós-graduando em Mídia, Política e Atores Sociais pela UEPG, e-mail: uweslley@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Humanas, professora da UEPG e coordenadora do projeto, e-mail: karinajw@hotmail.com.



Introdução

O projeto “Cultura plural”, desenvolvido na cidade de Ponta Grossa (PR) e região, propõe o desenvolvimento de um sítio na internet para sediar e dar visibilidade às ações, criações artísticas e interações sociais de grupos culturais populares, tais como o Centro Cultural Ilê de Bamba, a Sociedade Afro-brasileira Cacique Pena Branca, os grupos de hip-hop, entre outros, assim como a produtos e atividades feitos por moradores dos Campos Gerais já inseridos ou não no circuito cultural local.

Dentro do entendimento de cultura como construção contínua e da compreensão da importância da história no processo de configuração da identidade cultural, a ideia é o site se constituir também como espaço de registro, visando não só à preservação, mas à criação de uma memória viva, disponível e acessível a todos, em qualquer momento e lugar. Ao mesmo tempo, tem o propósito de favorecer o acesso do maior número de pessoas à diversidade cultural local, oferecendo não apenas informações sobre eventos e obras, mas buscando possibilitar também contato e fruição.

Como objetivo do projeto está a valorização das expressões culturais que não fazem parte do raio de ação das indústrias culturais, seja pelo caráter avaliado como não espetacular dos produtos, seja por sua localização na periferia geográfica do “acontecer cultural” no país, seja por sua localização na periferia sócio-econômica da sociedade;

Outros objetivos são a aproximação, por parte dos grupos culturais populares locais e de suas produções artísticas, do circuito cultural regional e estadual; a ampliação do acesso a obras e atividades pertencentes ao campo cultural local de trabalhadores e moradores de bairros de periferia, assim como especialmente de pessoas com deficiência sensorial e/ou com mobilidade reduzida; e a constituição de um acervo de obras artísticas passível de acesso público permanente.

Material e metodologia

A dinâmica de trabalho do projeto se dá com reuniões quinzenais dos membros do projeto acompanhados pela coordenação. Os estudantes formam equipes de dois ou três integrantes para a produção de conteúdos (notas, notícias, reportagens especiais, ensaios fotográficos, webdocumentários). A produção é feita em parceria com grupos e artistas culturais que indicam fontes, auxiliam na pesquisa e divulgação das produções. A parceria também acontece com o contato frequente através de telefone e e-mail para acompanhamento da agenda dos grupos e avaliação do projeto (colhimento de sugestões e

críticas). Semestralmente são realizadas reuniões com os parceiros para a discussão do projeto.

O site é atualizado diariamente com notícias do setor cultural da cidade. O site conta ainda com outros tipos de conteúdo como a seção Palco Virtual – que são vídeos e apresentações culturais completas. Outro serviço que o site oferece é o canal de Oportunidades que divulga os editais e concursos na área da Cultura, divulgando formas de financiamento e premiação aos grupos e artistas. O site também conta com a agenda cultural atualizada diariamente e colunas de pessoas ligadas a área da cultura, sejam elas pesquisadores, militantes do setor cultural ou integrantes de movimentos sociais.

O site visa atender a critérios de acessibilidade, possibilitando o acesso a pessoas que possuam alguma deficiência física ou dificuldades motoras. Para tanto, foi realizado uma pesquisa de acompanhamento de aulas de informática com idosos, para identificar as principais dificuldades quanto a acessibilidade na web. Também se pesquisou em bibliografia da área para o embasamento da arquitetura de informação do site ser adaptada. Com isso, o site oferece as seguintes opções de acesso: navegação pelo teclado; alteração do tamanho de fonte do texto e contraste; opção de textos na versão em áudio; vídeos com legendas; ausência de conteúdos dinâmicos automáticos; caminho do site facilitado; teclas de atalho e legibilidade.

O programa televisivo Cultura Plural é outra ação do projeto extensionista veiculado na TV Comunitária de Ponta Grossa (TVCOM PG) e na internet. O programa televisivo é composto por reportagens de três a cinco minutos que abordam a diversidade de expressões culturais presentes na região. A escolha do conteúdo a ser abordado em cada programa é feita em reunião mensal do projeto. As reuniões de pautas são compostas pela equipe de professores, acadêmicos e um egresso do curso de Comunicação Social – Jornalismo. Após a seleção de temas, os estudantes de Jornalismo formam equipes com três integrantes para a apuração, produção e edição das reportagens.

Em cada mês também é realizada uma reunião de acompanhamento e discussão do trabalho desenvolvido. Com a finalização da produção das reportagens, os vídeos passam pelo processo de legendagem para possibilitar a acessibilidade. Cada programa televisivo tem duração média de 25 minutos e é veiculado mensalmente no período noturno da TVCOM PG. Já na veiculação na internet, os vídeos são complementados por textos, fotos e, excepcionalmente, áudios. Já foram finalizados três programas, e dois estão em fase de conclusão.

Anteriormente à produção de conteúdos e durante todo o projeto são pesquisadas as manifestações culturais populares dos Campos Gerais a fim de compor um bando de dados para elencar as temáticas e acompanhamento dos grupos.

Para a divulgação, o projeto tem utilizado estratégias de divulgação online como newsletter, redes sociais, entre outros. Outras estratégias como entrega de *folders* explicativos também estão sendo aplicados.

Resultados e discussões

Como resultado do projeto, tem-se ampliado a divulgação das manifestações populares na região. Através da interatividade proporcionado pelo site e das manifestações retorno nas mídias sociais (Twitter e Facebook), é perceptível a demanda existente e a lacuna que vem sendo coberta pelo projeto. Trata-se de um reconhecimento da importância das culturas populares como caráter identitário, que faz parte da história das cidades, e constitui importante patrimônio imaterial.

Nesta perspectiva, vale destacar que tal demanda tem sido constatada não somente a partir da observação do funcionamento geral da sociedade, mas concretamente por meio do acompanhamento, desde o início de 2007, das dificuldades e desafios enfrentados por pessoas e grupos da região de Ponta Grossa para conquistar condições mínimas de ação no âmbito da produção cultural.

O site Cultural Plural surgiu de outro projeto de extensão desenvolvido em Ponta Grossa, o Portal Comunitário, que articula a comunicação comunitária com 55 entidades e grupos da sociedade civil. O Cultural Plural reconhece a especificidade do fazer cultural, que se constitui de forma distinta de outras organizações como os sindicatos e associação de moradores.

Após a vasta pesquisa de arquitetura de informação, pesquisa bibliográfica, diálogo com grupos culturais e das parcerias, o site está online e conta com mais de 20 reportagens publicadas, além dos serviços, já se soma mais de cem páginas de conteúdo.

O programa televisivo tem atingido outro público, que não tem afinidade ou familiaridade com internet. Além disso, o programa possibilita aos estudantes de jornalismo também uma experiência laboratorial. A sociedade se beneficia do espaço, pois pode enviar sua produção ou divulgar suas manifestações culturais.

Outro resultado do projeto é a distribuição de DVDs com vídeos do Palco Virtual – manifestações culturais gravadas na íntegra, que está disponível em escolas, nos museus e

centros culturais da região. O material permite a fácil consulta e também auxilia a preservação da história de grupos e aspectos culturais da região.

Conclusões

Quanto à relevância cultural, o projeto tem cumprido os objetivos. Pelo valor artístico, de mapear e divulgar, por exemplo, as “batalhas de rimas” travadas por MCs e das performances dos grupos de dança de rua pertencentes ao movimento Hip-Hop, pelo valor evocativo da “Missa dos quilombos” apresentada pelo grupo de dança do Centro Cultural Ilê de Bamba ou das cerimônias afro-brasileiras da Sociedade Cacique Pena Branca, pelo valor histórico das manifestações culturais da comunidade quilombola “Colônia Sutil”, ou pelo valor simbólico das apresentações do coral da Apadevi – composto por pessoas com deficiência visual.

Através do site jornalístico Cultura Plural, os membros têm a oportunidade de experimentar novas linguagens e formatos de produção multimídia e de jornalismo cultural, ao mesmo tempo em que desenvolvem a reflexão em torno de conteúdos relacionados à cultura popular. Nesse sentido, a proposta desenvolvida no curso de Jornalismo atende a uma demanda da formação profissional em comunicação, que exige jornalistas capazes de atuar em diferentes áreas, em sintonia com as demandas da sociedade.

Deve-se destacar a relevância sócio-cultural do projeto, na medida em que se configura como um espaço inédito na cidade de Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais para tematizar a cultura popular e abrir espaço para artistas, grupos sociais e temas relativos à proposta editorial do site.

Referências

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires:Sudamericana, 1995.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.a



EDUCAÇÃO E CULTURA: A EXPERIÊNCIA DO CINEMA PARA CONHECER A REALIDADE DO VALE DO MAMANGUAPE PARAIBANO.

PESSOA FILHO, Peron Bezerra
Bolsista Probex
Estudante de Ciência da Computação
peronf@bol.com.br

PALHANO SILVA, Paulo Roberto
Profº Dr. Orientador
UFPB – CCAE- GEPeeS
ppalhana1@gmail.com

RESUMO

O objetivo principal do ‘Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape – PB’ foi de estabelecer o dialogo critico e temático sobre o cotidiano, resultando na ampliação da consciência comunitária tendo como mediação a projeção de filmes para aqueles que nunca tiveram acesso ao cinema. Outras metas também foram alcançadas, como: o acesso ao cinema para todos, sem restrição de raça e cor; houve um despertar para o censo crítico;houve ampliação dos capitais social e cultural (BOURDIEU, 1989). Percebeu-se que situações sociais, econômicas, ambientais,..., que estavam banalizadas, com a força dos diálogos temáticos, após as exibições dos filmes, passaram a ser consideradas, debatidas e outras se tornaram conhecidas por todos. A ação educativa de extensão foi sem duvida uma contribuição para a elevação da educação, preservação da cultura e senso critico e organização de ações de reivindicações. A proposição teórico-metodologica materializada foi dialogar com as populações do Vale do Mamanguape Paraibano sobre os fenômenos que afligem a região. Utilizou-se o planejamento participativo contribuiu para que antes da realização dos eventos de exibição dos filmes, as datas, locais, horários e temáticas fossem definidas previamente e anunciadas às populações e instituições locais, tendo o auxilio fundamental das emissoras de rádio AM e FM, rádios comunitárias, folhetinhos e cartazes que eram distribuídos nas escolas, feira-livre e praças. Quem recebia a comunicação do evento, era estimulado a propagar para outras pessoas, o que ampliava o publico participante a cada secções de cinema. A vontade dos participantes em dos populares em assistir os filmes, mesmo sem o local ter as condições de estrutura (falta de cadeiras). Os populares traziam bancos e cadeiras de casa. Algumas projeções foram realizadas em locais fechados como sedes de associações comunitárias e escolas, mas a maioria das projeções foram em locais, como ruas e praças publicas. As projeções eram feitas nas paredes. Um computador, duas caixas de som, uma parede branca e pipocas trazia a magia. As Prefeituras Municipais, geralmente via as Secretarias de Educação e Cultura contribuía com a produção do evento. Durante as secções era distribuído de pipocas e doces ampliando a sensação de prazer, de alegria. A intenção não foi em reeditar os ‘cine clubes’ das décadas de 1970-80, mas de fazer um exercício pedagógico-politico com poucos equipamentos valorizando a participação popular. A efusiva presença e participação da população para assistir as secções, o dialogo sobre as diversas temáticas que afligem a população, a definição de ações visando enfrentar os problemas, sinalizam para a aprovação, sendo indicadores da validação do objetivo e metodologias desse Projeto de Extensão – Probex – executado pela Universidade Federal da Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE Fronteiras da Extensão

- Cinema popular, Cultura, Vale do Mamanguape.

1. INTRODUÇÃO

A história do cinema é vivida por momentos marcantes. Populações do vale do Mamanguape se divertiram com a execução do Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape - PB, aprovado no edital Probox – 2010 – Prac – UFPB tal projeto que se manteve firme na agenda das comunidades.

Quem nunca teve a chance de assistir um bom filme em grandes telas, se surpreendia com as cenas, aflorando emoções, diálogos e proposições de novas secções. O público foi constituído por uma diversidade de rostos que se encantaram com as exibições, como: Índios Potiguaras, pescadores, camponeses, canavieiros, donas de casas, estudantes, professores, enfim as populações trabalhadoras.

O Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape se propôs a fazer um ciclo de exibições de filmes, com temas que contribuíssem com o debate sobre a realidade das cidades do Vale do Mamanguape. Os ambientes de exibição foram em salões de associações populares, sindicatos, escolas, pátios esportivos, ruas e praças.

A estratégia teórica-metodologica trazia os seguintes: a) valorização da cultura popular; b) valorização do saber popular estimulando o imaginário social; c) o dialogo com temáticas que tem estruturado situações que afligem as populações no âmbito social, cultural, econômico, político e de organização social, fustigando-as e quebrando a banalidade; d) estimular a população a sua auto-organização gerando a co-laboração, a união e a síntese cultural; e) apresentar a universidade como instituição de ensino federal que empodera a região, dentre outros. As exibições suscitavam o dialogo, a articulação temática, e auto-reflexão e a ação.

Os filmes foram cuidadosamente escolhidos atendendo aos critérios: de ser uma película popular e que estimulasse o debate sobre temas do cotidiano. Após as exibições os participantes indicam as cenas para serem dialogadas. Na medida que era estabelecido os diálogos, as situações locais eram introduzidas e passavam a ser refletidas pelos participantes. Esse dialogo foi orientado pelas contribuições de Freire (1994).

Foram oito meses de exibições em diversos municípios do Vale do Mamanguape na Paraíba. Ao termino de cada exibição, a população agendava com a equipe do projeto, uma nova secção e às vezes indicava filmes a serem exibidos. Aqui, verifica-se o processo das estruturas, estruturantes estruturadas indicadas na vivencia do *habitus* (BOURDIEU, 1989).
Veja o cronograma:

CRONOGRAMA

MUNICÍPIO	FILME EXIBIDO	DATA (OU MÊS)	NÚMERO DE PESSOAS	POSSÍVEIS ENTIDADES PRESENTES
Rio Tinto	A Língua das Mariposas	29/06/2010	18 Pessoas	Alunos
Mamanguape	O filho do Brasil	31/08/2010	80 pessoas	Alunos universitários
Mamanguape	Entre os muros da escola	19/08/2010	80 pessoas	Alunos universitários
Rio Tinto	Entre os muros da escola	18/08/2010	80 pessoas	Alunos universitários
Mamanguape	O homem que virou suco	03/11/2010	40 pessoas	Assentamento
Jacaraú	O Auto da Comparecida	25/09/2010	97 pessoas	Professores da rede pública, alunos da rede pública, trabalhadores de áreas de assentamentos rurais, população
Mamanguape	A greve no campus IV da UFPB	15/07/2010	43 pessoas	Alunos universitários
Mamanguape	A greve no campus IV da UFPB	16/09/2010	10 pessoas	Professores universitários
Rio Tinto	A greve no campus IV da UFPB	17/09/2010	35 pessoas	Alunos universitários
Capim	Peça de Teatro	07/10/2010	27 pessoas	Professores da rede pública
Pedro Régis	Em Busca da Felicidade	08/10/2010	44 pessoas	Alunos da rede pública
Baia da Traição	Em Busca da Felicidade	23/10/2010	57 pessoas	Indígenas, assentados da reforma agrária, estudantes e professores da rede pública população em geral.

Fonte: secretária do Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape, 2010.

**Em cada lugar apresentado, solicitava-se aos presentes que tomassem a mesma iniciativa, qual seja: a de realizar projeções de filmes em seus segmentos sociais.*

2. O EMPODERAMENTO E VALIDAÇÃO VIA CINEMA NO VALE

Ao reunir um público para dialogar sobre cultura e a realidade vívida no Vale do Mamanguape, foram gerados diálogos entre os populares e membros universitários produzindo ações coletivas e individuais. As exhibições suscitaram em muitos populares a vontade de assistir a novos filmes. Como diz Paulo Freire temos uma prática da liberdade (1983).

PALHANO SILVA (2010) fazendo avaliação dessa ação educativa manifesta que o Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape teve a proeza de:

a) realizar um ciclo de exhibições de filmes em diversos o espaços educativos: redes de escolas públicas, aldeias indígenas, associações de assentamentos rurais - reunir públicos significativos, instalando a idéia do acesso à cultura, via projeções de filmes;

b) ampliar o capital cultural, em torno da diversidade cultural, tendo como eixo: Educação, Cultura, Desenvolvimento de Tecnologias, realidade social, visto que esses povos encontram-se vivenciando questões que diz respeito à inclusão no espaços educativos;

c) promover a interlocução, a informação e a formação de educadores e educandos, lideranças sociais e comunitárias, estudantes universitários e professores interessados em Arte-educação, já que as projeções trouxeram temáticas vinculadas à ação educativa;

d) incentivar a formação de opinião crítica em diversos segmentos sociais, via conteúdo das projeções e complementado pelos seus diálogos com o sabor das pipocas. Temáticas diversas circularam com a exibição dos filmes, como: 'o papel da escola'; 'a discriminação na escola e no trabalho', 'preconceitos', 'o estado de greve na UFPB', 'o trabalho', 'reforma agrária, produção de alimentos', 'papel da escola na vida das populações', 'democracia no Brasil', 'estado de pobreza', 'religião', 'o papel das drogas alucinógenas', 'emprego, desemprego', 'situação do nordeste', 'a formação da juventude, os valores, cultura', 'imprensa e liberdade.

e) formar um conjunto de estudantes universitários que atuaram como sujeito partícipe do projeto, pois foram integrados em toda a sistemática de desenvolvimento até a confecção dos relatórios parcial e final;

f) proporcionar a sociabilidade entre membros das comunidades, visto que, após as exhibições, o público era convidado a expressar sua opinião sobre o filme e a realidade vívida pelos participantes das projeções, buscando sempre uma articulação entre o macrocosmo e o microcosmo social;

g) colocar o conhecimento à disposição dos membros das comunidades sobre as temáticas exibidas. Os filmes projetados tinham uma mensagem sócio-educativa, o que proporcionava aos sujeitos o empoderamento, a ampliação de sua visão de mundo. Neste item, o diálogo foi o fator chave para interação entre os membros do projeto e os sujeitos sociais das comunidades, empoderando via formação e articulação de rede como define Castells (1999).

h) produzir nos sujeitos a vivência da identidade, do pertencimento, o despertar para enfrentar, de forma coletiva, a conquista de direitos sociais e individuais. Estimulando os educadores escolares e dos movimentos sociais a necessidade de reaplicar presente projeto nos bairros, nas escolas, (...), o que garantiu sua re(a)plicação. Essa meta ficou abaixo das expectativas;

j) Instigar as mudanças ocorridas na conduta dos sujeitos que, participaram das exhibições dos filmes. Muitos populares estiveram reunidos pela primeira vez em sua vida para a exibição de um filme; muitos dos sujeitos da comunidade declararam que o filme era algo 'da cidade grande', numa clara alusão à inexistência desse veículo comunicativo. A proposta da UFPB foi vista pelo público participante com uma grande novidade promotora da cultura, do entretenimento da Sétima Arte.

3. CONCLUSÃO:

A intenção não foi em reeditar os 'cine clubes' dos anos 1970-80, mas de fazer um exercício pedagógico, popular e democrático, com poucos equipamentos, articulando o imaginário social, a identidade, trazendo a tona as singularidades do cotidiano, gestando e



estruturando diálogos, construindo estratégias para “enfrentar” situações, quebrando estruturas da banalização e arquitetando uma representação social, onde os sujeitos se articulam em rede social de re-ação, partindo do lúdico, buscando o real concreto e navegando pelos sabres. A ‘efusiva presença e participação da população para assistir as secções’, ‘o dialogo com temas que afligem a população’, ‘a definição de ações visando enfrentar os problemas’, sinalizam de forma articulada para a validação dessa prática educativa desse Projeto de Extensão – Probex – UFPB executado pelos corpos com rostos e olhares inquietos do Vale do Mamanguape Paraibano.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Parirus Editora, 1996.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000

PALHANO SILVA, Roberto Palhano. *MST, habitus e campo educacional*. Natal, UFRN, 2004.

_____. *Eixos para uma política de inclusão*. In: OLIVEIRA, Ótom. A; GERMANO, J. W. (Org.). Relatório do Seminário Caminhos do RN. Natal: UFRN, 2003, v. , p. 192-195.

_____. *A pedagogia do Movimento da economia solidaria*. Quixadá – CE, de III FIPED – Forum Internacional de Pedagogia, 10 a 13 de 2010.

_____. *Memória e identidade: um estudo das práticas educativas do MST*. USP, IV CIPA, Congresso Internacional de Pesquisa (auto)Biográfica. São Paulo, USP, 2010.

_____. *Educação e ação cultural no Vale do Mamanguape via a sétima arte*. Mamanguape – PB. UFPB, Prac, Probex, 2010.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto, PESSOA FILHO, Peron Bezerra e Xavier, Aline Araujo Tairir de Lima. *Educação, capital cultural e arte: O cinema no Vale do Mamanguape encantou muita gente*. Mamanguape – PB, UFPB, Prac, Probex, 2010.

GOÉS. Moacir de. *De pé no chão também se aprende a ler*. Editora Universitária UFRN, 1980.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POVO KALANKÓ SOBRE DIREITOS INDÍGENAS E UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E CONQUISTA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL

Prof^o Ms. Jorge Luiz Gonzaga Vieira¹

RESUMO: O projeto tem como objetivo contribuir com a formação política e capacitação técnica das lideranças do povo Kalankó, no que se refere aos direitos indígenas assegurados pela atual Constituição Federal do Brasil e sobre os meios de comunicação de sociais. Considerando a presença dos pesquisadores em área, pretende realizar levantamento étno-histórico do povo como contribuição à formação do corpo discente do Centro Universitário CESMAC. A realização das atividades busca fortalecer a organização política e identidade étnica do povo Kalankó, fomentar nos indígenas o interesse pela coleta de dados histórico do seu povo, contribuir com a formação profissional dos estudantes de comunicação da Faculdade de Educação e Comunicação – FECOM, despertar na comunidade acadêmica o interesse pela pesquisa relacionada aos povos indígenas de Alagoas e o armazenamento dados sobre as culturas essa realidade.

Palavras-chave: Formação, Território, Identidade, Comunicação.

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo contribuir no processo de formação dos membros das comunidades do povo Kalankó² e lideranças, localizado nos municípios de Água Branca e Mata Grande, estado de Alagoas, a cerca de 360 km de Maceió. Com base em princípios científicos e no diálogo interdisciplinar, propõe-se pesquisar e refletir a dos povos indígenas do Nordeste, no contexto da colonização e o processo de afirmação étnica a partir de 1970, com destaque para a década 90, período de maior mobilização e participação indígena na denominada sociedade envolvente.

Fato este que se torna relevante em vista de, anteriormente, serem considerados extintos pelos órgãos governamentais e pela maioria da população “branca”. Tendo esse cenário como referencial de pesquisa, pretende-se apresentar e analisar as notícias veiculadas através dos jornais impressos, demonstrando a forma de como foi construída e passada para a sociedade a imagem do Kalankó, considerando sua história, valores, costumes, religião, culturas e direitos.

¹ Mestre em Desenvolvimento Local (UCDB)/MS) e doutorando pela Université Stendhal-Grenoble III, França e prof. do Centro Universitário Cesmac/AL.

² Povo considerado extinto até 1998. A partir dessa data iniciou a luta pelo reconhecimento étnico e pela recuperação do território tradicional. O nome kalankó, segundo o pajé Antônio Kalankó, é uma homenagem ao animal que comiam com beiju, o calangro - réptil ligeiro.



Processo de colonização

No processo de colonização, os povos pré-colombianos foram em parte dizimados e a grande maioria penalizada pela prática genocida e etnocida dos colonizadores. Em vista disso, faz-se necessário identificar os elementos que subsistem da imposição cultural européia através dos meios de comunicação e apontar um novo olhar sobre essa realidade, buscando romper rompendo assim com os limites do “Descobrimento”³.

A concepção etnocêntrica da Coroa Portuguesa, onde interesses comerciais e religiosos submeteram a diversidade étnica, multiplicidade de organizações sociais e culturais complexas, a uma história, a uma cultura e a um projeto de sociedade (PREZIA-HOORNAERT, 2000).

Os registros, relatos e livros que abordam sobre a questão da “descoberta” e expansão territorial portuguesa, dão conta de uma história que começa com a presença do conquistador. A historiografia portuguesa e brasileira é farta quanto aos fatos que marcaram a história do “descobrimento”, apontando esse processo como símbolo de progresso e de civilização. Na lógica do conquistador, os acontecimentos e suas práticas são enaltecidos como feitos históricos importantes para o crescimento e desenvolvimento da humanidade. A invasão, o extermínio, a escravização, a imposição de valores e costumes sobre os povos conquistados se justificam sob a sua ótica.

Do ponto de vista da população nativa, foram-lhe negadas suas histórias, as culturas, os costumes, religiões e valores. Por essa razão, quando surgem nos relatos e meios de comunicação, em geral aparecem de forma estereotipada e sob um olhar etnocêntrico, representando uma imagem genérica condicionada por interesses políticos, religiosos e econômicos da sociedade dominante.

Neste contexto, Everardo Rocha, ao analisar a forma de como os livros didáticos descrevem os indígenas, destaca três aspectos:

O primeiro papel que o índio representa é no descobrimento. Ali, ele aparece como “selvagem”, “primitivo”, “pré-histórico”, “antropófago” (...) O segundo papel é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é de “criança”, “inocente”, “infantil”, “almas virgens” (...) O terceiro é no capítulo “Etnia brasileira” (...) num passe de mágica etnocêntrica, vira “corajoso”, “ativo”, cheio de “amor à liberdade” (2000:17-18).

Na perspectiva de recuperação e superação da ausência nos relatos históricos da presença dos povos indígenas anterior à chegada dos portugueses e, atualmente, cabe registrar o processo de

³ Termo utilizado é para definir a chegada das caravelas portuguesas no Brasil, em 22 de abril de 1500. Portanto, quando utilizado neste trabalho estará designando invasão.

ocupação territorial das Américas e, no caso, do Brasil, a presença de milhões de habitantes distribuídos em centenas de grupos étnicos.

A população indígena no Brasil foi reduzida, na década de 1980, a 200 mil pessoas (CARNEIRO DA CUNHA, 1987). Dentre as armas utilizadas para a depopulação, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha lembra que foram dizimados “pelas epidemias, pela guerra, pela escravização e, de forma geral, pelo avanço da fronteira econômica” (1987:19). No nordeste, o professor João Pacheco de Oliveira constata a ínfima presença indígena que restou na região: “na década de 1950, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía dez etnias” (1999:11).

O interesse principal da política integracionista foi a implementação da ocupação das terras e utilização da mão-de-obra. Como instrumentos dessa política, os governantes engajavam os indígenas nas fileiras militares e, através da disciplina e da formação, teriam a possibilidade de serem inseridos nos costumes e valores da sociedade brasileira.

As formas de conquista e dominação dos indígenas estavam condicionadas às possibilidades de sua submissão ao modelo político e econômico do Império. No início do governo imperial, a política adotada para os considerados “índios arredios” era a utilização de meios violentos, como perseguição e, caso não se redessem, o castigo. Para servir de exemplo para o restante, os indígenas “amigos da civilização”, eram favorecidos com concessões e projetos particulares (VASCONCELOS, 1999:44).

A política integracionista perdurou, oficialmente, no Brasil, até a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Até esta data, a política indigenista, de acordo com as Constituições de 1934, 1946, 1967 e 1969, tinha, também, a finalidade de promover a incorporação dos índios à comunhão nacional. Esta orientação estava associada à relativa incapacidade dos índios, inscrita no Código Civil Brasileiro. A Lei 6.001 do Estatuto do Índio, de 1973, declara no Artigo 1º: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (DA CUNHA, 1987:216).

A atual Constituição muda, oficialmente, a relação do Estado Brasileiro com as populações indígenas, garantida especialmente no Capítulo VIII, artigos 231 e 232. O Artigo 231 reconhece:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988:130).

Pela primeira vez, em nível institucional, os povos garantem a autonomia das suas formas de organização social, culturas e tradições, implicando na redefinição da política indigenista para os povos indígenas. Apesar da garantia constitucional, esta ainda não foi regulamentada pelo

Congresso Nacional. Desde 1991, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 2.057, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas (FEITOSA, 2004).

Após um processo longo de depopulação, a partir da década de 1980, os povos indígenas retomam o crescimento populacional e a afirmação da identidade étnica (OLIVEIRA, 1999). Para Feitosa, a população indígena no Brasil está em cerca de 751 mil pessoas, segundo dados do Censo de 2001 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pertencentes a 235 etnias. Desse total, mais 40% vivem fora de seus territórios tradicionais, principalmente, localizados nas periferias das grandes cidades (2004).

Durante a abertura política, no Brasil, a partir da década de 1970, os movimentos sociais, organizações populares e partidos de esquerda começaram a se fortalecer e ter papel importante na reconstrução da democracia. Neste contexto, com o apoio da Igreja Católica, organizações da sociedade e professores universitários, os povos indígenas fortaleceram suas organizações e articulação interétnica.

Nesse contexto, a participação e mobilização no processo constituinte foi um fator de significativa relevância na vida e destino dos povos indígenas do Brasil, entre os anos de 1987 e 1988, que culminou com a garantia dos direitos constitucionais (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Os povos indígenas de Alagoas, até a década de 1980, estavam reduzidos, para a opinião pública e órgãos governamentais em dois povos: os Xucuru-Kariri, município de Palmeira dos Índios, e os Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio. Os referidos lugares, com a instalação do Posto do SPI e, posteriormente, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tornaram-se centros de assistência e atendimentos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Na Reserva dos Kariri-Xokó tornou-se referência importante para as práticas religiosas dos diversos povos, particularmente no período do Oouricuri – lugar sagrado -, concentrando em determinados períodos membros de diversas etnias.

Essa realidade vai se manifestar com maior intensidade a partir da segunda metade da década de 1970 e início de 1980. Apoiados na memória dos mais velhos e participando de momentos coletivos desses povos, aparecem no cenário local e nacional os povos Wassul-Cocal, no município de Joaquim Gomes, Tingui-Botó, em Feira Grande, Karapotó, São Sebastião e os Geripankó, hoje município de em Pariconha, Alagoas. A partir de 1998, os Kalankó, no município de Água Branca, Karuazu e Katökinn, em Pariconha, e Koiupanká, em Inhapi, aparecem para a sociedade reivindicando dos órgãos públicos o reconhecimento étnico e a demarcação de seus territórios.

Em vista disso, vale destacar a resistência do povo Kalankó, depois de séculos ser considerado extinto, reivindicar o reconhecimento de sua identidade étnica e lutar pela conquista de seus direitos e respeito às formas tradicionais de organização diferenciada.

Desde 1998, o povo Kalankó luta pela retomada de seu território, fato que não tem avançado por parte dos órgãos públicos responsáveis pela implantação e garantia de seus direitos, a exemplo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Governo do Estado e Ministérios. Com o processo de formação, informação e apropriação dos mecanismos dos meios de comunicação, resulta em uma maior conhecimento da sociedade brasileira e mobilização na esferas governamentais e sensibilização da sociedade envolvente.

Considerações finais

Pode-se constatar que, o próprio projeto de extensão executado por uma Instituição acadêmica de Alagoas é um fato inédito, principalmente direcionado a atender às expectativas e interesses do povo. Este é um fato pioneiro.

E, cientificamente, a pesquisa em uma comunidade indígena, considera-se de relevante importância, tanto pela escassez de informação sobre esta temática como pelo envolvimento e possibilidade de produção acadêmica de membros da instituição, tanto para professor como para os alunos.

Cabe ressaltar a contribuição acadêmica e a formação humana para o futuro profissional de comunicação do CESMAC, considerando sua capacitação intelectual na superação de uma visão etnocêntrica e a busca de respeito à diversidade cultural e a participação na construção da cidadania.

Referências

- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaio e documentos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- ROCHA, Everaldo G. P. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem da volta - etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Brasil Indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo, FTD, 2000.
- VASCONCELOS, Cláudio A. de. **A questão indígena na província de Mato Grosso – conflito, trama e continuidade**, Campo Grande: UFMS, 1999.

GRUPO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA (GAC)

Comunicação

Eric Gil Dantas

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Eric Gil Dantas¹; Nelson Rosas Ribeiro²; Roberta Pereira de Lima³; Tatiana Losano de Abreu⁴

Palavras-chave: Conjuntura; Economia; Teoria Marxiana.

Resumo

O Grupo de Análise de Conjuntura (GAC), vinculado ao projeto de extensão Observatório Econômico - um grupo formado por estudantes e professores do departamento de economia da UFPB - tem por objetivo suprir a carência do bom entendimento dos fenômenos econômicos e da conjuntura econômica por parte da sociedade. Este atua por via de meios de comunicação digital e impresso, como a coluna semanal sobre conjuntura econômica no Jornal ContraPonto, o blog, e uma mailing list formada pelos interessados em receber as análises, os quais chegam a milhares de leitores. Esta demanda vem pela falta de compreensão da população em geral do economês, uso persistente de jargões econômicos que dificultam a interpretação da realidade por parte da sociedade. A teoria usada para as análises é a marxiana, que propõe chegar ao cerne dos fenômenos estudados. Juntamente com o PROGEB, projeto aprovado em 2002 pelo Departamento de Economia da UFPB, o Observatório Econômico engloba o tripé pesquisa – ensino - extensão e tem como objetivo ultrapassar os muros da Universidade, sendo o GAC sua ferramenta para a extensão. Com isto, tanto os participantes do projeto consolidam a teoria estudada em sala de aula, como a sociedade ganha uma ferramenta de melhor compreensão da conjuntura econômica atual, aguçando seu senso crítico e poder de intervenção.

¹ Aluno de Graduação em Economia, UFPB, João Pessoa – PB. E-mail: ericgildantas@gmail.com

² Professor do Departamento de Economia da UFPB, João Pessoa – PB. E-mail: nrosas@terra.com.br

³ Aluna de Graduação em Economia, UFPB, João Pessoa – PB. E-mail: robertalima.eco@gmail.com

⁴ Professora Substituta do Departamento de Economia, UFPB, João Pessoa – PB. E-mail: tatianalosano@yahoo.com.br

Introdução

A economia brasileira envolve um conjunto de informações muito abrangente e a sua compreensão é freqüentemente prejudicada, não só pela sofisticação da linguagem usada, como pela estreita relação estabelecida com interesses políticos e sociais, além de grande volume de dados lançados a todo instante pelos institutos de pesquisas econômicas e sociais. Com isso, surge o problema da compreensão e interpretação das informações, pelo público não especializado, bem como a manipulação destas informações ao sabor dos interesses dos grupos sociais mais diversos. O acompanhamento diário da evolução da economia brasileira exige um esforço bastante grande de disciplina na coleta de informações que tratam de fenômenos como: crise, inflação, renda, contas públicas, juros, dívida externa, comércio exterior, entre outros. Dada a amplitude de cada um desses temas, o trabalho de coleta, seleção, condensação e análise torna-se muito complexo, sendo difícil a adequada interpretação e a construção de uma linha lógica de raciocínio, por parte dos pesquisadores. A dificuldade aumenta quando as organizações sociais não dispõem das fontes de pesquisas adequadas, ou do referencial teórico necessário ao desenvolvimento da análise e do senso crítico. Além disso, a linguagem técnica utilizada pela maioria dos economistas, o chamado “economês”, em muitos casos, é pouco didática e por isso mal compreendida, prejudicando a interpretação das informações.

Esse problema também é sentido no meio acadêmico. Para os alunos do curso de economia, o debate dos fenômenos econômicos, na sua relação com a teoria econômica, também se torna difícil diante da linguagem técnica utilizada nos textos de economia e das várias linhas de pensamento existentes, frequentemente em choque.

Diante desta problemática, surge o “Observatório Econômico: Explicando a Economia” aprovado através do edital PROBEX 2009, para atuar no período entre 01/06/2009 a 30/12/2009 e posteriormente aprovadas suas renovações através dos editais PROBEX 2010 e PROBEX 2011, este último ainda em execução. Este projeto foi concebido como vertente de extensão do PROGEB – Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira, em execução desde 2002, regindo a mesma orientação de integrar os três eixos, ensino-pesquisa-extensão.

O objetivo central do Observatório Econômico é fazer uma análise crítica dos fenômenos da economia brasileira e internacional, disponibilizando-a em linguagem

acessível, através dos meios de comunicação, à comunidade acadêmica, às organizações sociais, às entidades de classe e à população em geral. Para tanto, o projeto é dividido em quatro grupos, cada um com suas áreas de atuação, que são o Grupo de Análise de Conjuntura (GAC), Laboratório de Economia Política (LEP), Grupo de Produção Informática (GPI), e o Seminário Permanente (SP).

O GAC, objeto de análise deste trabalho, é um grupo formado por professores e estudantes do departamento de economia da UFPB, espaço este onde são elaboradas as análises semanais da economia brasileira, a partir de informações obtidas em jornais e revistas de circulação nacional e local, em Instituições de pesquisa oficiais e na internet. O objetivo deste grupo é: i) praticar o exercício permanente de aplicação da teoria à análise dos fenômenos econômicos; ii) contribuir para a formação científica dos pesquisadores, desenvolvendo seu senso crítico e sua capacidade de integração social; iii) disponibilizar os resultados das pesquisas, em linguagem acessível, às organizações sociais, entidades de classe, empresas e pessoas de um modo geral.

Metodologia

A análise semanal de conjuntura econômica, realizada no âmbito do GAC, é elaborada utilizando como fundamentação teórica a teoria econômica marxiana, à qual abrange vários campos do saber, como a sociologia, política e história, além da própria economia. Com o uso desta teoria é possível fazer uma análise aprofundada dos fenômenos econômicos e dos problemas que afetam a sociedade. Esta possibilidade não se encontra em outras teorias econômicas. Problemas como a concentração e centralização do capital, crises econômicas, desemprego e inflação, são mais bem interpretados a partir da teoria marxiana.

Os integrantes do projeto têm a responsabilidade de coletar informações cotidianas dos acontecimentos econômicos e políticos, tendo como principais fontes a leitura dos jornais: 'Valor Econômico', 'Folha de São Paulo', 'O Estado de São Paulo', dentre outras fontes. Semanalmente, é realizada uma reunião abrangendo professores e estudantes participantes do projeto, onde há discussão de todo o material colhido. Desta discussão são elencados os acontecimentos que se destacam na semana. O resultado desta discussão serve de base para a produção de um artigo. Após a elaboração é realizada uma adaptação na linguagem para que sejam divulgados para a sociedade.

Os mecanismos de comunicação com a sociedade, utilizados pelo projeto são: espaço para divulgação das análises no jornal ContraPonto, com circulação na cidade de João Pessoa – PB; o blog oficial do projeto (www.progeb.blogspot.com); diretamente através do envio por e-mail⁵; e o Twiter⁶, o @progeb.

Resultados e Discussões

A partir da experiência desta extensão, vivenciada nos últimos três anos percebeu-se a importância de ter um espaço didático de interpretação da realidade para o povo. Foi possível, por exemplo, destacar o cenário difícil de Crise Econômica que o Brasil estava (e esta) vivenciando e mostrar como a Crise esta presente na vida dos trabalhadores. Este tema foi abordado constantemente nas análises, prevendo a barrocada da última grande crise de 2008, suas consequências e prolongamento até os últimos dias. Isto foi possível justamente por conta do arcabouço teórico usado, que trata a crise econômica como intrínseca ao modo de produção capitalista e cíclica.

Após a primeira grande queda do PIB mundial, no ano de 2008, a discussão perpassava pelo formato da crise. Para simbolizar o formato do gráfico de crescimento do PIB, os economistas usavam letras, como V (para uma queda rápida do produto com uma recuperação rápida), U (queda lenta com sua recuperação também lenta), e o W (um duplo mergulho na crise). Na análise “Com quantas letras se faz uma crise?”, da semana de 07 a 13 de setembro de 2009, escrita pelo Prof. Lucas Milanez, o GAC já passava a afirmar que haveria o chamado duplo mergulho, a crise em formato de W, fenômeno observado posteriormente. A importância desta constatação está no modo como o ‘novo mergulho’ não esperado vai atingir a sociedade. Enquanto todos estão aliviados com o “fim” da crise, as análises desenvolvidas no GAC demonstram que ainda é preciso ter cautela. Na análise da semana de 13 a 19 de junho de 2011, escrita pela Prof.^a Tatiana Losano, e intitulada de “Os sinais do novo período de recessão”, demonstrou mais uma constatação de que a crise não está perto de acabar, não só no Brasil, mas no mundo. Análises como estas provam a efetividade da visão do grupo, que consegue, baseado em uma teoria sólida, compreender os problemas que cercam a economia e a política brasileira e mundial, permitindo que entidades sociais percebam

⁵ Atualmente a mailing-list do projeto conta com cerca de 350 endereços eletrônicos de pessoas e entidades.

⁶ Através do Twitter é informado, aos “seguidores”, as atualizações do Blog e as atividades do projeto.

melhor a conjuntura o qual estão inseridas e se preparem para os momentos difíceis que virão, como desemprego e inflação.

Neste ano, já foram publicadas 24 análises de conjuntura, junto ao blog e ao Jornal ContraPonto, e com previsão de mais outras 26 análises, até o final do ano. Já no ano de 2010, o número de publicações nos dois veículos foi de 52 análises.

Conclusão

O resultado do trabalho desempenhado pelo GAC, no Observatório Econômico, propiciou oportunidades reais para que a população tivesse acesso ao entendimento dos acontecimentos econômicos que afetam seus cotidianos, mas que muitos não conseguem compreender, pois, a linguagem científica dificulta essa absorção. O fato importante é que, através da compreensão do que está acontecendo ao seu redor é possível, para um cidadão comum que não possui o conhecimento visto no âmbito universitário, adquirir uma consciência de classe e ter uma visão crítica da sociedade.

Já em relação ao âmbito da pesquisa, o projeto contribuiu para que os pesquisadores vinculados a ele desenvolvessem a teoria necessária para a elaboração de artigos, análises de conjuntura e monografia, que posteriormente foram publicadas.

Logo, o “Observatório Econômico: Explicando a Economia”, através da produção de análises pelo GAC, assim como pretendeu, tem construído um canal de comunicação entre professores e alunos, a nível acadêmico, e entre a universidade e a sociedade, para permitir uma interpretação crítica da economia capaz de fornecer elementos para a ação social, consolidando seus objetivos, ao propor-se como extensão.

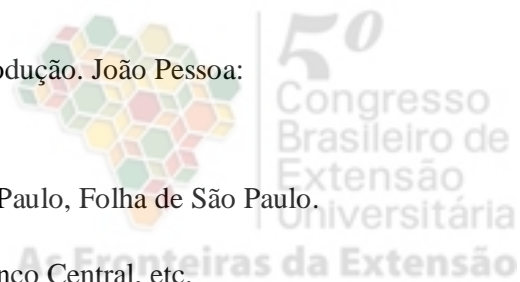
Referências

RIBEIRO, N.R. A crise econômica: uma visão marxista. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008.

_____. O capital em movimento: ciclos, rotação e reprodução. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2010.

JORNAIS DIÁRIOS: Valor Econômico, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo.

INSTITUIÇÕES DE ESTATÍSTICAS: IBGE, FGV, Banco Central, etc.



OBSERVATÓRIO ECONÔMICO: EXPLICANDO A ECONOMIA

Comunicação

Roberta Pereira de Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Roberta Pereira de Lima¹; Eric Gil Dantas²; Tatiana Losano de Abreu³; Nelson Rosas
Ribeiro⁴; Rosângela Palhano Ramalho⁵

Resumo

O projeto de extensão Observatório Econômico - OE, vinculado ao PROGEB, é um projeto que se constitui como um canal de comunicação entre professores e alunos, e entre a universidade e a sociedade, proporcionando a construção de uma interpretação crítica da economia brasileira capaz de fornecer elementos para a ação social. O objetivo do Observatório é trazer, de forma esclarecedora para a sociedade em geral, os fenômenos econômicos e os fatos que envolvem a conjuntura econômica. A metodologia usada para isso acontece de diferentes formas: Através das análises elaboradas nas reuniões semanais do Grupo de Análise de Conjuntura; a divulgação através de meios de comunicação digital e impresso, como no Jornal CONTRAPONTO, no blog oficial do projeto e no twitter; a organização de seminários para o público acadêmico; e espaços de formação interna. Os resultados obtidos pelo projeto se mostram satisfatórios, pois se tem conseguido atingir os objetivos propostos. O Observatório Econômico fundamenta-se no tripé pesquisa, ensino e extensão e consegue levar o conhecimento para além da Universidade.

Palavras-chave: Comunicação, Conjuntura Econômica.

Introdução

A economia brasileira envolve um conjunto de informações muito abrangente e a sua compreensão é freqüentemente prejudicada, não só pela sofisticação da linguagem usada, como pela estreita relação estabelecida com interesses políticos e sociais, para não falar da confusão provocada pelo grande volume de dados lançados a todo instante pelos institutos de pesquisas econômicas e sociais. Com isso, surge o problema da compreensão e interpretação das informações, pelo público não especializado, bem como a manipulação destas informações aos interesses dos grupos sociais mais diversos. O acompanhamento diário da evolução da economia brasileira exige um esforço bastante grande na coleta de informações que tratam de fenômenos como: crise, inflação, renda, contas públicas, juros, dívida externa e comércio exterior, entre outros.

A dificuldade de compreensão destas informações também é sentido no meio acadêmico, uma vez que essa não compreensão provoca um entrave para a participação e discussão em debates na própria universidade, e para definir o papel que a academia pode desempenhar junto à comunidade. Para os alunos do curso de economia, este debate se torna uma necessidade um pouco distante diante da linguagem técnica utilizada nos textos de economia e das várias linhas de pensamento existentes, frequentemente em choque.

Se em qualquer ramo do conhecimento a inclusão é importante, no caso da Economia isto se torna imprescindível pelas razões já expostas anteriormente. Quanto mais se sofisticava a linguagem e o instrumental matemático, utilizados na ciência econômica, mais aumenta a possibilidade de afastamento e de comunicação com as pessoas. Com vista nesta problemática, surge o “Observatório Econômico: Explicando a Economia”, aprovado através do edital PROBEX desde 2009 e ainda em execução em 2011. Este projeto foi concebido como extensão do PROGEB – Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira, em execução desde 2002, procurando atingir o ensino, a pesquisa e a extensão.

O projeto em questão procura destruir os “muros” que separa o saber acadêmico do povo (da sociedade). Portanto, o desafio vai além de interpretar os acontecimentos econômicos, é preciso torná-los de fácil acesso para aqueles que não passaram anos estudando economia. Para tanto, a equipe do PROGEB e do Observatório Econômico se deparou com algumas dificuldades, como a busca de uma teoria que pudesse explicar os fatos econômicos além da aparência, e que ao mesmo tempo incluísse elementos da história, sociologia e ciência política. Outra preocupação foi à criação de mecanismos para disponibilizar toda esta produção teórica e de análise da economia brasileira para os diferentes segmentos da sociedade.

Objetivos

O objetivo do Observatório Econômico: Explicando a Economia é fazer uma análise crítica dos fenômenos da economia brasileira e internacional, disponibilizando-a em linguagem acessível, através dos meios de comunicação, palestras, seminários ou mesmo em sala de aula. Como objetivos específicos, o projeto pretende: 1.Fazer um exercício permanente de aplicação da teoria à análise dos fenômenos econômicos; 2. Contribuir para a formação científica dos pesquisadores; 3.Disponibilizar os resultados das pesquisas, em linguagem acessível; 4.Oferecer consultoria econômica às instituições públicas e privadas; 5.Elaborar e organizar materiais didáticos, minicursos e seminários sobre economia.

Material e Metodologia

Como já foi referido anteriormente, o Observatório Econômico integra-se ao PROGEB-Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira, ou seja, é executado no âmbito deste projeto mais amplo. A preocupação com a Integração ensino-pesquisa-extensão já se encontra no corpo do próprio PROGEB. Foi precisamente esta preocupação com a maior integração entre estes três eixos que levou a criação do Observatório Econômico, para que os objetivos do PROGEB pudessem ser plenamente atingidos e fortalecidos. Para tanto, foi necessário mecanismos de disponibilização dos resultados desta investigação. Estes ocorrem meios tradicionais, como palestras, conferências, seminários, mini-cursos, etc. e veículos de comunicação em massa, como jornais, cartazes e também por meio da internet, através de um blog, uma mailing-list e o twitter. Para atingir seus objetivos, o OE é estruturado através de quatro grupos:

O GAC – Grupo de Análise de Conjuntura, espaço onde são elaboradas as análises semanais da economia brasileira, a partir de informações obtidas em jornais e revistas de circulação nacional e local, em Instituições de pesquisa oficiais e na internet. As análises elaboradas são adaptadas em sua linguagem para que sejam divulgados no Jornal CONTRAPONTO, de circulação em João Pessoa - PB, no blog do PROGEB (www.progeb.blogspot.com) e enviadas por e-mail, para uma mailing-list (lista de emails de pessoas interessadas na produção do OE).

O LEP – Laboratório de Economia Política é um espaço que reúne os pesquisadores interessados em desenvolver temas específicos da economia brasileira. Deste espaço são elaborados diversos textos acadêmicos, artigos científicos e discussões aprofundadas sobre temas de relevância nacional. Também são organizados seminários, rodas de discussão, cursos de formação, conferências, etc., de acordo com a necessidade das entidades e pessoas interessadas.

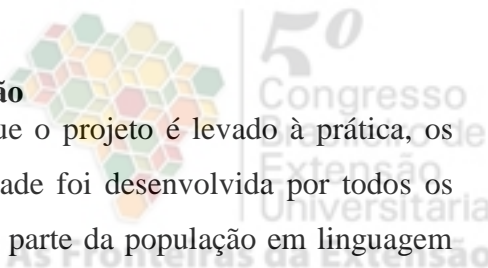
O Seminário Permanente é mais um mecanismo de divulgação, além do blog, do mailing-list e do jornal, estes seminários são abertos ao público em geral e é usado para exposição da produção acadêmica dos pesquisadores e professores.

O apoio informático é dado pelo GPI - Grupo de Produção Informática, responsável pela atualização do blog, envio das análises de conjuntura a mailing-list, atualização do banco de dados do projeto e a comunicação com as entidades e pesquisadores.

O local de realização das reuniões é nas dependências da UFPB: Campus I- Centro de Ciências Sociais Aplicadas ou em sedes de movimentos sociais, assentamentos, comunidades, sindicatos e etc.

Resultados e Discussão

Observou-se que, após mais de dois anos em que o projeto é levado à prática, os resultados são satisfatórios. A análise crítica da realidade foi desenvolvida por todos os integrantes do grupo e a disponibilização para a maior parte da população em linguagem didática, possibilitado através da parceria com o Jornal CONTRAPONTO, com



publicações semanais e dos outros mecanismos de intercâmbio do projeto com o público-alvo (o Blog oficial do projeto; a mailling-list). Em 2010 também foi criado outro meio de divulgação, o twitter, para através das mídias sociais, podermos divulgar e trocar informações com nosso público sobre os trabalhos desenvolvidos. O resultado desta divulgação tem surtido efeitos positivos e o Observatório Econômico tem recebido diversos convites para participar de eventos, encontros, palestras e organizar seminários e cursos.

Através das análises semanais de conjuntura econômica, o grupo passou a ser convidado a participar de grupos de discussão, assim como também organizar aulas especiais para o próprio curso de economia e administração. O grupo pôde interagir com outra área do conhecimento, no caso a Comunicação, através de uma solicitação do Coletivo COMjunto (grupo de estudantes de comunicação) para a organização de uma roda de discussão para a IV Semana da Democratização da Comunicação, abordando o tema 'A mídia e a Crise'. Esta ocorreu no dia 20 de outubro de 2009 e para este tal foi preciso uma pesquisa a fim de relacionar as duas áreas do conhecimento (comunicação e economia).

Em relação ao âmbito da pesquisa, o projeto contribui para que os pesquisadores vinculados a ele desenvolvam a teoria necessária para a elaboração de artigos, análises de conjuntura e monografias, que posteriormente foram publicadas, e alguns apresentados e discutidos em Seminários Permanentes. Nestes seminários, a equipe de execução do projeto pode desenvolver formas didáticas de transmissão do conhecimento econômico, além de ser um espaço capaz de colocar em discussão para toda a comunidade, temas que muitas vezes não são compreendidos no estudo individual ou apenas na leitura dos jornais. Da atuação do projeto foram geradas diversas publicações técnico – científicas, como: capítulos para um Manual didático para os estudantes de economia; e artigos. Além dos vários artigos publicados entre 2009¹, em 2010, destaca-se a publicação de mais um trabalho de monografia, com um tema pouco abordado da ciência econômica: o Meio Ambiente. Atualmente, as novas pesquisas são relacionadas a temas polêmicos, tanto na academia como na sociedade, como: O Código Florestal Brasileiro e a Inflação.

Conclusões

¹ Alguns trabalhos publicados em 2009 através de pesquisas desenvolvidas no Observatório Econômico: 'Crise e o mundo do trabalho' e 'A crise mundial e os países da América Latina', 'A balança comercial brasileira: 1980-2008', 'A rotação do capital: uma contra-tendência à queda da taxa de lucro', 'A economia política do trabalho no capitalismo contemporâneo'.

O “Observatório Econômico: Explicando a Economia” sempre se preocupou com a Integração ensino-pesquisa-extensão. É perceptível que através dos objetivos alcançados no ano de 2009, 2010 e no andamento do projeto em 2011, a forte colaboração para a expansão do conhecimento e divulgação dos resultados. As ações de extensão que já temos desenvolvido têm dado uma imensa contribuição à formação dos pesquisadores e à produção acadêmica uma vez que se tem a oportunidade de confrontar as conclusões com a realidade. Os resultados do trabalho desempenhado pelo Observatório Econômico propiciaram oportunidades reais para que a população tivesse acesso ao entendimento dos acontecimentos econômicos que afetam seus cotidianos, mas que muitos não conseguem compreender, por a linguagem científica dificultar essa absorção.

Logo, o “Observatório Econômico: Explicando a Economia”, assim como pretendeu, tem construído um canal de comunicação entre professores e alunos, e entre a universidade e a sociedade, permitindo uma interpretação crítica da economia brasileira capaz de fornecer elementos para a ação social. É considerado então que os objetivos propostos estão sendo alcançados.

Referências Bibliográficas

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Depois da Queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 359 p. 2002.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J.; et al. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Editora Campus, São Paulo, 425 p. 2005.

RIBEIRO, N.R. A crise econômica: uma visão marxista. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008.

_____. O capital em movimento: ciclos, rotação e reprodução. João Pessoa: 4ª edição experimental feita pelo CME-DE.

_____. (Org.). Dinheiro, Mais-Valia E Acumulação Capitalista. João Pessoa: 3ª edição experimental feita pelo CME.

_____. A crise atual: acidente ou necessidade. Texto para discussão n. 139, Edição do Curso de Mestrado em Economia da UFPB, João Pessoa.

_____. A crise: conteúdo e formas de manifestação. Texto para discussão n. 136, Edição do Curso de Mestrado em Economia da UFPB, João Pessoa.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento, São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

**PROJETO OLHARES:
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA
DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE/RJ**

Área Temática: Comunicação
Responsável pelo trabalho: Janaina Nascimento Simões de Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Autores:
Janaina Nascimento Simões de Souza¹; Severino Pereira² MarcosAzevedo Benac³; Selma
Veloso Fontes⁴; Fernanda Miranda⁵

RESUMO

Em 2010 iniciou-se o projeto Olhares, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Marketing Tecnologia e Ecologia - GEMTE, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo deste projeto é dar visibilidade a voz da comunidade para que ela se represente, mostrando o que valoriza e com o que se identifica. A praia do Aventureiro está localizada na Ilha Grande (Angra dos Reis/RJ). Este artigo é o resultado de uma oficina feita com os moradores desta praia, para construção de identidade visual que representasse esta comunidade, através de atividades lúdicas e um concurso cultural com o objetivo dos moradores desenvolverem frases e símbolos que representassem e identificassem este grupo e sua localidade. Há um destaque para os signos de maior relevância que são o coqueiro deitado (coqueiro torto a 90º) e o futebol. A praia do Aventureiro é enquadrada legalmente como uma Reserva Biológica e negocia com o governo, através da Associação dos Moradores e Amigos do Aventureiro - AMAV, atualmente dirigido só por mulheres, sua nova categorização. Têm como uma de suas fontes de renda o turismo. Ser caiçara da praia do Aventureiro, segundo os moradores, tem relação com a pesca, com a forma de alimentação e plantio, e principalmente em reconhecer as variações do meio ambiente, como clima, marés, sazonalidade para lidar com a natureza. A posição da região causa, por conta do mar aberto, maior distanciamento e isolamento com o litoral. Este isolamento vem diminuindo com as novas gerações e aumento de poder aquisitivo da comunidade.

Palavras Chave: Representação, Identidade, Praia do Aventureiro

¹ Docente da UFRRJ. Coordenadora do Grupo de Estudos em Marketing, Tecnologia e Ecologia (GEMTE), Doutoranda em Antropologia, Mestre em Negócios. jananss@yahoo.com.br

² Docente UFRRJ. Doutor em Administração. bill.pereira4@gmail.com

³ Docente da UFRRJ. Doutorando em Ciências Ambientais. Mestre em Negócios. marcosbenac@gmail.com

⁴ Docente da UFRRJ. Mestre em Negócios. svfontes@gmail.com

⁵ Docente da FAETEC. Mestre em Negócios. fmyranda@yahoo.com.br

Introdução

“Os bosques estão hoje repletos de interpretes entusiasmados”. *Cliffod Gueertz*

A praia do Aventureiro, há duas horas e meia do porto de Angra, é uma das inúmeras praias da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, situada a sudoeste da Ilha. Está localizada no Parque Marinho do Aventureiro, na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, junto com outras praias vizinhas como praia do Demo, praia do Sul, praia do Leste e praia da Parnaioca, despertam os interesses por peculiar beleza e riqueza natural. O Aventureiro, assim chamado por personificar o ato de quem tem coragem de enfrentar a travessia para chegar nesta parte da ilha de mar aberto e agitado, é habitado por volta de 100 pessoas. A localidade atualmente identificada pelas normas do poder público como Reserva Biológica, que de acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC – é um tipo de enquadramento de proteção total, passou por um processo de desapropriação que não se deu devidamente por parte do Estado, o que ocasionou a permissão da continuidade da presença da população determinada como tradicional, na localidade, com autorização para que explorem o turismo com uma capacidade de carga total de 600 pessoas no Aventureiro, ficando assim até que o poder político interessado defina qual seu novo enquadramento legal (de acordo com o SNUC), qual a nova identidade política desta vila, possivelmente uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (onde podem viver os que fazem parte da população tradicional, mas não possuem o direito a propriedade da terra) ou uma Área de Proteção Ambiental (onde são proprietários da terra, dando direito à venda para quem não é tradicional da região), ou ainda a continuidade da Reserva Biológica com a saída dos moradores do local.

Quando se dá identidade a um grupo ou a uma pessoa, construções representativas e possibilidades legais e morais são cedidas ou não, portanto a reflexão conceitual do que significa identidade e seus impactos é trazida por autores como Richard Handler,⁶ que questiona a real construção ou invenção da identidade cultural. Para o autor, por exemplo, fatores como: delimitação espacial, temporal e fronteira cultural não dão conta da determinação de uma unicidade nacional, embora a nacionalidade seja imaginada, ensinada e aprendida desta forma. A fluidez é o que mais caracterizaria a identidade. Para Bauman, essa liquidez dá conta de uma quebra de um eterno pertencimento a um tipo único, podendo o ser humano experimentar um leque infinito de opções ofertadas a sua própria escolha.⁷ Para Guertz, em *O Saber Local*,⁸ esta fluidez também faz com que aqueles que necessitam da compreensão de cenários através dos conceitos e significados contextualizados, tentem se adaptar, muitas vezes às pressas a pluralidade de interpretações, buscando propriedades significativas conectadas o que geraria uma forma mais organizada de entendimento intelectual, sem necessariamente ser hermético. Michel Serres não chama esta variação de múltiplas identidades, define como uma ampla possibilidades de que identidade possa participar de múltiplos pertencimentos.

“Injustiças escandalosas e uma insustentável miséria nascem, a partir daí, de um simples erro de lógica correntemente cometido que consiste em confundir sua identidade com um outro de seus pertencimentos. Segundo a primeira (a identidade), singular, você é você mesmo e nenhum outro. Pelo segundo (os pertencimentos), sempre coletivos, você faz parte dos

⁶ Handler, R. Is Identity a useful cross-cultural concept? 1994, 29.

⁷ Bauman, Z. Identidade. 2005.

⁸ Guertz, C. Do Ponto de Vista dos Nativos. In: *O Saber Local*. 1974, 35.

franceses ou dos argelinos, dos morenos ou dos calvos, dos homens ou das mulheres, dos brancos ou negros. (...) Sua identidade só comporta dois ou três pertencimentos, dentre os que são mantidos a toda a sua vida, uma vez que você permanece mulher ou homem e filho de sua mãe.”⁹

Hander acrescenta que “quem você é” é um processo de comunicação que participam muitas vozes. O próprio ato de identificar já muda ou constrói nova identidade, mesmo que a epistemologia dominante continue afirmando que a identidade seja algo imutável e influenciado pela determinação da visão Ocidental do mundo.¹⁰ A identidade, como acrescenta Stuart Hall, não mais costura para toda a vida o sujeito a uma estrutura rígida, estabilizando sujeito e mundo cultural, tornando-os reciprocamente unificados e predizíveis, o autor também afirma que a identificação e o que ela representa está cada vez mais fragmentada, composta de várias possibilidades de pertencimento, muitas vezes até contraditórias ou não resolvidas, assim como a cultura entra em colapso com a possível falta de conformidade entre as paisagens sociais e as necessidades objetivas da cultura. O processo de identificação cultural, ainda segundo Hall, torna-se mais provisório, variável e problemático, devido as mudanças estruturais e institucionais, muito influenciados pela globalização.¹¹

Por conta deste pertencimento ou exclusão está sendo travada uma batalha política nesta localidade. A caracterização do Aventureiro, sua identidade criada e imposta pelo poder do Estado e apontada pelo visitante outsider, influencia e impacta a vida dos moradores, assim como pode gerar mudanças a todo ecossistema.

Objetivo

Este trabalho visa mostrar a forma como são categorizados de acordo com o enquadramento político-legal do poder público, apresentando reflexões sobre a amplitude, a responsabilidade e a importância da construção de uma identidade cultural junto com toda sua representação e a imagem que os moradores têm de si mesmos e da região.

Material e Métodos

O universo desta pesquisa foi composto pelos moradores da praia do Aventureiro, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Atualmente no Aventureiro há 152 pessoas. Foram 36 pessoas participantes da Oficina e 42 participantes do concurso para escolha de logomarca que os representassem. Amostra Incidental, composta por moradores que estavam no dia da oficina na praia do Aventureiro e se disponibilizaram a participar. Portanto os resultados alcançados servem para caracterizar o perfil dos participantes e não devem ser generalizados. Para estudar a Praia do Aventureiro e seu povo como algo desconhecido, procurando evitar julgamentos pré-definidos como orienta Durkeim, utilizou-se de observação e da experimentação, passando a análise pelos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis, mais profundos e subjetivos. O método utilizado para a oficina foi o observação participante. O Grupo deveria

⁹ Serres, M. O que é Identidade? 1997.

¹⁰ Handers, R. Is Identity a useful cross-cultural concept?.1994, 30-31.

¹¹ Hall, St. A Identidade Cultural na pós-modernidade. 2004, p.13-15.

pintar imagem que representasse a o Aventureiro. O método comparativo também caracterizou a pesquisa, pois se procurou investigar sobre os indivíduos e suas relações sociais e compará-los com as representações de imagens e frases criadas. Os participantes da oficina criaram imagens, mascotes, frases e colagens que representassem os participantes moradores do Aventureiro. Trabalharam com pintura, com argila para desenvolvimento da mascote, colagem com recortes de revistas e jornais para foto do grupo. O Grito de Guerra tinha o objetivo de desenvolverem uma frase que os representasse.

Resultados e Discussão

O Aventureiro encontra-se dentro deste cenário de categorização política flexível, situacional e com múltiplas possibilidades inacabadas. Atualmente, há discussões sobre a relação do Estado com as categorias caiçaras e populações tradicionais que até então eram vistas negativamente por estarem relacionadas à idéia de atraso cultural e tecnológico. Agora, a mesma terminologia de identificação restringe a possibilidade de se viver em uma região de preservação, sendo utilizada como estratégia política para construir o ideal de proteção daquele local. Tais identidades ou pertencimento, atualmente, passam a ser valorizados, na defesa de que se deve preservar a cultura “tradicional”, e para tanto o poder Público precisa conceituar o que significa tradicional, criando assim esta identidade determinando junto com ela níveis diferentes de status e possibilidades. A comunidade do Aventureiro sofre pressão de estarem em duas unidades de conservação ao mesmo tempo. O Parque Estadual Marinho do Aventureiro, criado em 1990, local relativo ao mar onde ocorre pesca e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, criada em 1981. Estas Unidades de Conservação geraram mudanças significativas na vida da população, que buscou soluções econômicas através do turismo. Esta solução gerou nova identidade do local e do grupo de moradores.

Simmel defende que a identidade do indivíduo e de um povo vem pelo diferencial. O diferencial se dá pelas representações de semelhança e diferença. Nas relações entre os indivíduos a diferença frente ao outro é muito mais importante que a semelhança entre eles.¹²

A População do Aventureiro participou de uma oficina que abordava sobre a representação da identidade deles. Durante as oficinas os indivíduos representavam o papel de povo caiçara. Além de uma oficina existiu também um concurso para se encontrar a melhor representação gráfica do Povo do Aventureiro, assim como melhor frase que os representasse. “Quando um indivíduo representa um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele, e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. Concordando com isso, há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo ‘para benefício de outros’. Goffman, 2005.

Goffman chama de fachada todo equipamento expressivo empregado pelo indivíduo durante sua representação. Fazem parte da fachada do Aventureiro o Cenário e a fachada pessoal através do modo de ser, vestuário, gestos, características de raça e etnia, linguagem e afins. As imagens coletivas são institucionalizadas em termos de expectativas estereotipadas. As representações dos resultados não fugiram do esperado. A Perda de poder econômico do Estado junto com a Globalização faz com que o mesmo não dê conta do engessamento de algumas categorizações populacionais como esta do aventureiro. Sendo necessária a presença de gestores locais (AMAV, CODIG) mais próximos para gerenciar estas diferenças.

¹² Simmel, 2006.

Conclusões

Confirma-se a dificuldade de real representação sobre as identificações determinadas pelo Estado. Não houve manifestação que citasse fatores como Reserva ou tradição. As obras resultantes possuem forte relação com a atividade de turismo, o Coqueiro Deitado tem a sua imagem explorada na mídia de massa, e este ícone foi bastante destacado entre os participantes, que o consideraram o que possuem de mais importante e um atrativo para turistas.

A idéia de pertencimento e a identidade não têm solidez.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2002.
- GOFFMAN, Erving. **As Representações do Eu na Vida Cotidiana**. Cap I. Petrópolis. Vozes. 2005.
- GUERTZ, C. **Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico**. In: O Saber Local. Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. 3ª ed Petrópolis: Ed Vozes, 2000 (Opp85-107) ./1974/.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na pós-modernidade. 9 ed..RJ: DP&A, 2004.
- HANDLES, R. **Is Identity a useful cross-cultural concept?**. In John K Gillis (org). Commemorations. The Politics of National Identity: Princeton University Press, Princeton (pp 27-40), 1994.
- SERRES, M. **O que é Identidade?** Lê monde de l'Education et de la Formation
- SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.



URBANISMO EM MINAS GERAIS: MÍDIAS DIGITAIS E PARTICIPAÇÃO¹

Área temática: Comunicação

Responsável pelo trabalho: Raquel von Randow Portes

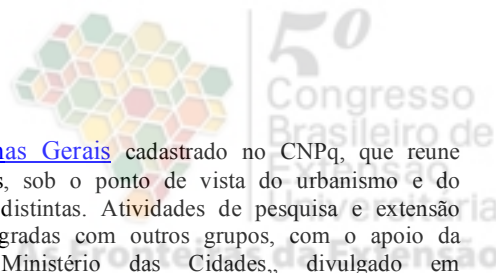
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Autores: 1. Fabio LIMA; 2. Raquel PORTES; 3. Denyse DELGADO; 4. Karla BALDINI; 5. Eduardo VASCONCELOS; 6. Bárbara LOPES; 7. Helena TULER; 8. Bianca VEIGA; 9. Willian AREAS; 10. Danilo GUIMARÃES; 11. Camilo LAGE; 12. Rodrigo LIMA; 13. Carolina EDUARDO; 14. Aline BARATA; 15. Livea PEREIRA; 16. Debora VENTORIM; 17. Itala KARLLA; 18. Tainá LAMOGLIA; 19. Ana Paula CRUZ; 20. Larissa MOURA; 21. Marcela FERNANDES; 22. Isadora CUTRIM; 23. Isabela CUTRIM.

RESUMO

O trabalho expõe o processo desencadeado para a divulgação das atividades de pesquisa e extensão do Núcleo de Pesquisa e Extensão URBANISMOMG da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. O trabalho foi desenvolvido de maneira multidisciplinar envolvendo docentes e discentes da UFJF e consistiu na elaboração de um site que apresentasse o núcleo na rede (World Wide Web) com o sentido de divulgar resultados, além de sistematizar os conteúdos em termos de banco de dados, este estruturado online. Os resultados parciais foram significativos visto que a possibilidade de integração do site com outras mídias de publicação virtual como blogue e sítios de relacionamentos tornaram as atividades melhor documentadas e participativas. Neste sentido, o que se espera do sítio <http://www.ufjf.br/urbanismomg> é proporcionar ferramenta de interlocução entre as atividades de pesquisa e extensão do núcleo e as comunidades envolvidas, bem como, uma forma mais ágil de inserir as produções na comunidade acadêmica. O site também encontra-se em <http://www.facebook.com/pages/urbanismomg/208071325885839?sk=info> com informações atualizadas diariamente abordando os trabalhos do núcleo.

¹ O artigo se insere nos trabalhos do Grupo [Urbanismo em Minas Gerais](http://www.ufjf.br/urbanismomg) cadastrado no CNPq, que reúne pesquisadores interessados na compreensão da formação das cidades, sob o ponto de vista do urbanismo e do planejamento urbano, com a participação de profissionais de áreas distintas. Atividades de pesquisa e extensão universitária têm sido desenvolvidas de maneira complementar, integradas com outros grupos, com o apoio da FAPEMIG, do CNPQ, do Ministério da Cultura e do Ministério das Cidades,, divulgado em <http://www.ufjf.br/urbanismomg>.



Agradecimentos ao apoio da FAPEMIG e do CNPQ, bem como dos Ministérios da Cultura e das Cidades.

Palavras Chave: World Wide Web, Mídias e Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

O *Website* aqui apresentado se insere como uma das atividades do Núcleo de Pesquisa e Extensão URBANISMOMG/UFJF para a interação entre docentes e discentes, bem como para a divulgação dos resultados junto às comunidades. O NPE URBANISMOMG constitui grupo de pesquisa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em que fazem parte pesquisadores de áreas distintas na busca da compreensão da formação das cidades mineiras, com ênfase para o urbanismo e o planejamento urbano. Suas atividades de pesquisa e extensão universitária são desenvolvidas de forma complementar e integram-se a outros grupos com o apoio da FAPEMIG, do CNPQ, do Ministério da Cultura e do Ministério das Cidades, além do intercâmbio com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras afim de gerar ações de apoio aos municípios no Estado. Assim sendo, a página virtual intenciona divulgar e aprofundar os estudos de forma rápida e interativa. É notória a necessidade da presença de qualquer pessoa ou instituição no ambiente virtual na atualidade. A *Internet* está cada vez mais atrelada à vida em sociedade, através dela as possibilidades comunicativas tornam-se gradualmente ilimitadas. Partindo desse entendimento, o envolvimento de um núcleo de pesquisa e extensão com a rede mundial é imprescindível, o que não implica apenas em pensar mecanismos para a divulgação dos trabalhos. Sem deixar de lado este aspecto, acredita-se também na capacidade que a publicação online oferece de discussão do que está em andamento, assim como das futuras produções do núcleo, além de manter não apenas os membros do grupo conectados, mas fazer dos interessados e/ou envolvidos nos projetos, membros participativos das ações.

2. MÍDIAS DIGITAIS E PARTICIPAÇÃO

O website foi criado a partir da elaboração de um roteiro de trabalho que subdividiu as atividades em sete fases: 1- Estruturação do conteúdo em oito páginas (Linhas de pesquisa, Cidades, Urbanistas, Núcleo, Produção, Informativos, Contato, Links e Localização); 2- Registro das produções do NPE URBANISMOMG desde sua formação em 2005; 3- Seleção do material a ser disponibilizado online (mapas, livros, artigos, etc.); 4-

Elaboração dos textos descritivos de cada página do site; 5- Adequação do material desenvolvido para implantação na plataforma Wordpress - padrão de todos os websites sob o domínio da UFJF; e 6- Publicação 7- Integração com outras plataformas virtuais. Quanto à estruturação do conteúdo do site, buscou-se seccionar as informações sobre o que se produz no núcleo e quem são seus desenvolvedores. O registro das produções e a identificação das linhas de pesquisa baseou-se nos resultados alcançados pelo NPE desde a sua formação em 2005. Dentre o material selecionado destacamos artigos finais apresentados em eventos como congressos, publicações em livros e/ou outras mídias, estes armazenados nos equipamentos de trabalho do núcleo. Os textos descritivos foram desenvolvidos no decorrer do trabalho e a adequação e publicação do conteúdo foi feita por um responsável técnico com a finalidade de tornar a produção do NPE URBANISMOMG acessível à comunidade acadêmica ou outros possíveis interessados bem como a integração do site com publicações em blogue, discussões em grupos virtuais e informativos e agenda de projetos. Dessa metodologia, criou-se o site disponível em <http://www.ufjf.br/urbanismomg>.

3. DIVULGAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIAS

Como vimos, websites compõe hoje uma importante e indispensável ferramenta de comunicação pois permitem não só a divulgação do material como incentivam a discussão no meio acadêmico. O site funcionaria como uma forma de centralização das informações quanto à produção do núcleo facilitando sua divulgação e permitindo a participação de outros agentes a medida que permite uma ligação de maneira que permite que as pesquisas sejam acompanhadas por órgãos, entidades, instituições, pesquisadores, estudantes, comunidades ou outros indivíduos interessados. A disponibilização do material tem contribuído para a inserção das temáticas discutidas e abordadas pelo grupo no meio acadêmico, possibilitando a reverberação, por assim dizer, das discussões e/ou referências em outros trabalhos. A página encontra-se ainda em construção e, constata-se que esta estende-se de modo contínuo e inacabado, tendo em vista os conteúdos alcançados de maneira progressiva. À medida que todas as estratégias de interação e participação forem alcançadas os resultados ficarão cada vez mais visíveis e satisfatórios. Aqui vale mencionar a experiência do ensino à distância no âmbito do Centro de Ensino a Distância – CEAD/UFJF/UAB, com a qual o NPE URBANISMOMG ensaiou a interlocução com diversos polos de ensino localizados no Estado. Os Polos de Educação exercem hoje uma função de rede de interação, que conferem-lhe o caráter de centralidade,

ou nova centralidade, possibilitando relações em nível local, regional e nacional, face sua atuação no território através da educação. Englobada a um conjunto de políticas públicas nacionais para a democratização do ensino, a EaD surge como um fator significativo para a redução da desigualdade de acesso à educação. Para o Ministério de Educação e Cultura do Brasil “*no contexto da política permanente de expansão da educação superior no país, implementada pelo MEC, a EaD coloca-se como uma modalidade importante no seu desenvolvimento*” (MEC/SEED, 2010). Tal experiência permitiu vislumbrar as potencialidades a serem exploradas através da comunicação não presencial com a interface através de mídias eletrônicas. Na atualidade, a produção do núcleo envolve as comunidades em determinados aspectos, sendo que o site servirá como importante elemento de apoio à divulgação dos trabalhos e para a chamada à participação comunitária. Para o próximo ano, a aprovação do projeto Jornadas de Patrimônio Cultural no âmbito do PROEXT/MEC se coloca como ambiente ideal para consolidar o que foi aqui exposto. Esta divulgação se insere através de artigos, capítulos de livros, livros, relatórios, exposições virtuais, entrevistas em termos de vídeos-documentários, entre outros.

4. CONCLUSÕES

A publicação do site se coloca como um começo do alcance de tudo a que ele se propõe. Os objetivos principais já se esboçam com a interação do NPE URBANISMOMG/UFJF com as comunidades. Estes também dependem de outras estratégias de comunicação e divulgação que serão desenvolvidas simultaneamente aos processos de produção do núcleo. Espera-se que o site agregue informações, opiniões e pessoas, possibilitando que as discussões tornem-se mais ativas, frequentes e participativas, dessa forma o grupo de pesquisa e extensão tende a se manter presente no meio acadêmico e junto as comunidades em cada cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 220 p., 1ª edição 1936.
- LEME, M. C. da S. (org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999, 600 p.
- LIMA, F. J. M. de. (org.) **Urbanismo em Minas Gerais: Pelas Cidades**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- PORTES, R. von R. **Entre o Virtual e o Real: a transformação do espaço urbano através da EAD em Minas Gerais**. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem. Anais Eletrônicos. Recife: UFP, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

VEYNE, P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

Currículo Lattes Prof. Fabio Jose Martins de Lima. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/8637271768339853>> acesso em: 30 de maio de 2010.

Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil - Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0804604T2EOV4G>> acesso em: 30 de maio de 2010.

Sítios:

www.mec.gov.br/seed

www.ufjf.br/urbanismomg

<http://www.facebook.com/pages/urbanismomg/208071325885839>

